
AGROAMIGO E AGENDA 2030: OS LIAMES ENTRE MICROCRÉDITO E OS ODS NO ESTADO DO PIAUÍ

Agroamigo and the 2030 Agenda: the links between microcredit and the SDGs in the state of Piauí

Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Economista. Doutora em Economia Aplicada - ESALQ/USP. Universidade Federal do Piauí - UFPI.
Av. Universitária, 1310. Bairro Ininga, 64.049-550, Teresina-PI. jaira@ufpi.edu.br

José Natanael Fontenele de Carvalho

Economista. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPI, Universidade Federal do Delta do Parnaíba.
Av. São Sebastião, 2819, Bairro Nossa Senhora de Fátima, 64.202-020, Parnaíba-PI. natanaelfontenele@ufpi.edu.br

Resumo: O artigo analisa as conexões entre o programa Agroamigo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em dezoito anos de atuação do Programa de Microfinanças Rural. O marco conceitual envolveu a temática das microfinanças e Agenda 2030. Procedeu-se à compilação e análise dos registros pelo Banco do Nordeste das quantidades e valores, segundo gênero, setor, finalidade, atividade e região no estado do Piauí durante o período de 2005-2022. Os resultados mostraram que o Agroamigo ampliou a concessão de microcrédito, atingindo os 224 municípios do Piauí em 2022, tendo as mulheres como principais beneficiárias. O investimento rural na pecuária liderou as quantidades e valores operacionalizadas. O crescimento foi expressivo na agricultura familiar e decresceu nas atividades não agrícolas no intervalo pesquisado. O direcionamento do crédito para os municípios do semiárido avançou de 2015-2022, focalizando projetos alinhados com a sustentabilidade dos agroecossistemas. O conjunto de informações examinadas do Agroamigo amparam a ocorrência de associações com os ODS voltados para acabar com a pobreza e a fome, alcançar igualdade de gênero com o empoderamento das mulheres, promovendo crescimento econômico e trabalho decente em prol do desenvolvimento sustentável piauiense.

Palavras-chave: microfinanças; agricultura familiar; desenvolvimento sustentável; Piauí.

Abstract: The paper analyzes the connections between the Agroamigo Program and the Sustainable Development Goals (SDGs) in eighteen years of the Rural Microfinance Program operation. The conceptual framework involved the theme of microfinance and Agenda 2030. The records of quantities and values by Banco do Nordeste were compiled and analyzed according to gender, sector, purpose, activity and region in the state of Piauí during the period 2005- 2022. The results showed that Agroamigo Program expanded the granting of microcredit, reaching the 224 cities of Piauí in 2022, with women as the main beneficiaries. Rural investment in livestock led the amounts and values operated. The growth was expressive in family farming and decreased in non-agricultural activities in the surveyed period. The direction of credit to municipalities in the semi-arid region advanced from 2015-2022, focusing on projects aligned with the sustainability of agroecosystems. The set of information examined by Agroamigo Program supports the occurrence of associations with the SDGs aimed at ending poverty and hunger, achieving gender equality with the empowerment of women, promoting economic growth and decent work in favor of sustainable development in Piauí.

Keywords: microfinance; family farming; sustainable development; Piauí.

1 INTRODUÇÃO

O Agroamigo completa 18 anos de sua instalação, enquanto alternativa de crédito para o meio rural, a partir da experiência exitosa do Crediamigo. Por meio do Agroamigo, o BNB cumpre o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar, mediante a concessão de microcrédito rural orientado e acompanhado, promovendo a ampliação dos níveis de renda e ampliação da qualidade de vida de agricultores familiares (BNB, 2022).

O microcrédito é reconhecidamente um instrumento incentivador dos microempreendimentos, ensejando angariar renda e favorecer o trabalho nas regiões pobres do mundo, minorando o panorama das disparidades econômicas, sociais e políticas. Nessa perspectiva, muitas experiências bem-sucedidas dos bancos, no segmento das microfinanças, são relatadas pela literatura científica, com destaque para o caso do Grameen Bank, em Bangladesh.

O BNB é uma empresa pública que tem a missão de atuar como o banco de desenvolvimento da região, contribuindo de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, as potencialidades e as oportunidades regionais.

Nesse ensejo, em 1998, o BNB incrementou a linha de crédito voltada para microcrédito urbano (Crediamigo), e, em 2005, para microcrédito rural (Agroamigo), considerando que o Brasil, especialmente os estados nordestinos, são celeiros de microempresas nas áreas rural e urbana.

Asseveram Alves et al. (2022) que a criação da metodologia de operacionalização no Agroamigo decorreu do esforço do BNB em superar dificuldades de inserção dos agricultores em linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – viabilizado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado pela Lei nº 11.110, de 24 de abril de 2005. Destaca-se que a metodologia de crédito orientado dificulta o alto índice de inadimplência que sempre foi o grande gargalo nos programas convencionais de crédito, já que incentiva a educação financeira e estimula a ampliação das atividades agrícolas e produtivas, diversificando os riscos e potencializando os resultados.

Os Relatórios Anuais do Agroamigo, atinentes ao período de 2020-2021, já vêm apresentando fatores contributivos de mudança na realidade rural do Nordeste e dos beneficiários do programa no Piauí (BNB, 2021; 2022). A propósito, os dados do Relatório de Sustentabilidade de 2021 informam um montante de R\$ 3,39 bilhões em aplicações; 589,7 mil operações; e 1,4 milhão de clientes ativos – 75,71% no Semiárido (BNB, 2022).

Isso posto, muitos impactos do Programa podem ser analisados, em face dos múltiplos aspectos que envolvem a metodologia do Agroamigo, como revelam as pesquisas de Alves (2015); Oliveira, Almeida e Taques (2015); Duarte et al. (2018); Aquino e Bastos (2015); Vital e Melo (2015).

Tendo isso em vista, refletir sobre os resultados de 18 anos na seara do Programa Agroamigo no Nordeste, tendo como área analítica o estado do Piauí, permite consolidar as ações e estratégias empreendidas, bem como redirecionar novas proposituras a favor desse segmento de microempreendimentos em um estado nordestino com 197.246 estabelecimentos agropecuários vinculados à agricultura familiar (IBGE, 2019).

Na trajetória dos 18 anos do Agroamigo, assistiu-se ao processo de construção de uma agenda pós-2015, em substituição à Declaração do Milênio e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) adotados pelos Estados-membros da ONU, em 2000, e impulsionaram os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI. Em agosto de 2014, o GTA-ODS finalizou o texto e submeteu a proposta dos 17 ODS e das 169 metas associadas à apreciação da Assembleia Geral da ONU, em 2015 (AGENDA 2030, 2015).

A Agenda 2030 evidencia que os 17 ODS e as 169 metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, as capacidades e os níveis de desenvolvimento nacionais, respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo seus próprios obje-

vos nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas reputando as circunstâncias nacionais. Ademais, cada governo decidirá como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos nas políticas e estratégias nacionais de planejamento. É meritório reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso, nos campos econômico, social e ambiental (AGENDA 2030, 2015).

Nesse contexto, esta pesquisa percorre a sinergia do Agroamigo com os ODS, uma vez que a Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, e busca fortalecer a paz universal e seus ODS almejam erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

O Agroamigo é um programa idealizado com o objetivo principal de atuar na concessão de microcrédito rural produtivo e orientado para agricultores de pequeno porte, contribuindo para a redução da pobreza rural na região Nordeste. A concepção metodológica é baseada na metodologia adotada pelo Programa Crediamigo, que envolve a atuação de um assessor de crédito que presta atendimento nas próprias comunidades rurais, permitindo maior proximidade com os clientes, orientação, acompanhamento e acesso qualificado, ágil e simplificado ao crédito, garantindo, com isso, a expansão do atendimento aos agricultores, em consonância com Soares e Melo Sobrinho (2008).

Outrossim, o Relatório do Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste alinha seus resultados, seus impactos, seus programas e suas ações, em especial, seus programas de microfinanças, aos ODS, contribuindo diretamente nos seguintes aspectos: 1 – Erradicação da pobreza; 2 – Fome zero e agricultura sustentável; 5 – Igualdade de gênero; 6 – Água potável e saneamento; 7 – Energia limpa e acessível; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 10 – Redução das desigualdades; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; 12 – Consumo e produção responsáveis; e 17 – Parcerias e meios de implementação (BNB, 2022).

Complementarmente, o Plano Piauí 2030 articula o planejamento estadual com um movimento internacional que privilegia a Agenda 2030 e as metas empreendidas para os ODS, traçando como eixos de desenvolvimento: Meio ambiente e mudança climática; Trabalho, emprego e renda; Infraestrutura e Redução das desigualdades; e os vetores Agricultura familiar, Agronegócio, Mineração, Energia, Turismo, Serviços (SEPLAN, 2022).

Na perspectiva dessas argumentações, a pesquisa aborda os ODS: 1 – Erradicação da pobreza; 2 – Fome zero e agricultura sustentável; 5 – Igualdade de gênero; e 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, os quais, alicerçados nos dados cedidos pelo BNB (2023), têm o propósito de analisar as conexões entre a atuação do Agroamigo e o fortalecimento da agenda global dos ODS.

Nessa direção, este artigo estrutura-se em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, abordando microfinanças e microcrédito, por meio do Programa Agroamigo/BNB e da construção da Agenda 2030, na busca pelo desenvolvimento sustentável. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos. Já na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados. A quinta seção, por sua vez, descreve as considerações finais do artigo, seguida das referências consultadas.

2 MICROFINANÇAS E AGENDA 2030: BALIZANDO O MARCO CONCEITUAL

2.1 Microcrédito: Agroamigo vetor para o desenvolvimento sustentável

Reflexões conceituais sobre microfinanças são corporificadas nos estudos de Soares e Melo Sobrinho (2008), que se referem à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, devido à utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. No tocante à atividade de microcré-

dito, os referidos autores a definem como aquela que, no contexto das microfinanças, dedica-se a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira também pela metodologia utilizada – bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. Assim, é entendida como a principal atividade do setor de microfinanças pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza e pela geração de trabalho e renda (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Perfilam no elo da microfinanças e da superação da pobreza os 11 princípios-chave desenvolvidos e endossados pelo Grupo Consultivo para a Assistência aos Pobres (GCAP), um consórcio de 33 agências de desenvolvimento públicas e privadas que trabalham em conjunto, com o escopo de expandir o acesso dos pobres a serviços financeiros; e seus 28 membros doadores e, subsequentemente, assegurados pelos líderes do Grupo dos Oito (G8), em conferência no dia 10 de junho de 2004. Ei-los: I - Os pobres não necessitam apenas de empréstimos, mas de uma variedade de serviços financeiros; II - As microfinanças são um instrumento poderoso na luta contra a pobreza; III - As microfinanças significam a construção de sistemas financeiros que sirvam aos pobres; IV - As microfinanças podem e devem ser autossuficientes, para atingir um grande número de pessoas pobres; V - As microfinanças tratam da construção de instituições financeiras de atuação local em caráter permanente; VI - O microcrédito não é a resposta para tudo, nem o melhor instrumento para todos, em todas as circunstâncias; VII - O estabelecimento de tetos às taxas de juros afeta negativamente os pobres e torna o acesso ao crédito mais difícil; VIII - O governo deve atuar de modo a viabilizar a realização de serviços financeiros, e não os fornecer diretamente; IX - Os fundos dos doadores devem complementar o capital privado, e não competir com ele; X - O maior gargalo na indústria de microfinanças é a ausência de instituições e executivos fortes; XI - As microfinanças funcionam melhor quando têm o seu desempenho medido e publicado (GCAP, 2004).

No Brasil, a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, segue a mesma direção, quando consolida a metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras em atividades produtivas de pequeno porte, baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Nesse ambiente das microfinanças, insere-se o Agroamigo, um programa de microfinanças rural do BNB, criado em 2005, destinado a atender ao público da linha de financiamento rural do Pronaf, excetuando-se os grupos A e A/C. O programa apoia os pequenos agricultores rurais a superarem os obstáculos referentes à falta de recursos financeiros para dinamizarem as suas atividades produtivas. O público-alvo do programa, geralmente, têm baixo nível de escolaridade e escassas alternativas em relação às suas atividades no mercado de trabalho (GOMES; CARVALHO; COSTA, 2015). Ressalte-se que a partir de 2012 houve a incorporação do Grupo V, que contempla agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 500 mil.

Outro aspecto expressivo é que o Agroamigo, além de ampliar e qualificar o processo de crédito no âmbito do Pronaf, por meio da concessão de microcrédito produtivo e orientado, reduz o custo de acesso ao crédito para o agricultor familiar (ABRAMOVAY et al., 2013).

Os agricultores familiares atendidos pelo Agroamigo precisam ter recebimento de vendas anuais que não ultrapassem a receita bruta estabelecida para microempresas, ou seja, até R\$ 360 mil¹ ao ano, e as operações podem atingir até R\$ 20 mil (limite para uma operação), em duas modalidades, a saber: Agroamigo Crescer e Agroamigo Mais (CUNHA JUNIOR et al., 2022).

O Agroamigo Crescer, voltado para agricultores enquadrados no grupo B do Pronaf, foi criado para atender a agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 23 mil, que explorem área de até quatro módulos fiscais e empreguem mão de obra familiar. Já o Agroamigo Mais atende a agricultores familiares enquadrados no Grupo Variável do Pronaf, com renda de até R\$ 360 mil

1 A partir da safra 2022/2023 o limite foi alterado para R\$ 500 mil.

por ano. Ambas as modalidades se destinam ao financiamento de atividades geradoras de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo, sejam agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias no meio rural, a exemplo de turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural e artesanato. Os empréstimos são concedidos com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (BNB, 2023b).

A metodologia do Agroamigo baseia-se nos seguintes pressupostos: atendimento integral ao cliente, na própria comunidade, por profissional especializado; situação anterior ao crédito verificada por meio de visita prévia à unidade de produção; empreendimentos financiados recebem orientação e acompanhamento; a análise de crédito observa os aspectos financeiro e familiar dos clientes; os financiamentos são sucessivos e graduais, prezando pela fidelização do cliente; serviços complementares ao crédito são oferecidos ao cliente (BNB, 2022).

Aliás, Alves (2015) descreveu os procedimentos operacionais que consubstanciam a metodologia acima: atendimento realizado pelo assessor de microcrédito rural, profissional de nível médio, de preferência técnico agrícola, oriundo da própria comunidade e com vivência na zona rural; concessão do crédito de forma gradativa e sequencial; concessão do crédito baseada, fundamentalmente, na proximidade entre os assessores e a população local, sem exigência de garantias reais (Agroamigo Crescer) ou regendo-se pelas normas dos programas, podendo contemplar garantias reais ou pessoais (Agroamigo Mais); valor do crédito, número de parcelas e prazo para pagamento não obedecem a um padrão, mas são fixados levando em conta os ciclos produtivos das atividades financiadas; liberação do crédito por meio de depósito em conta corrente; pagamento do financiamento por meio de carnê; gerenciamento individualizado da carteira.

Abramovay et al. (2013) destacam o papel primordial do assessor de microcrédito para o êxito do programa Agroamigo. Segundo os supracitados autores, os assessores participam das ações de planejamento do Agroamigo em cada município, assim como promovem palestras informativas nas comunidades rurais para apresentação do programa e esclarecimento de dúvidas relacionadas ao crédito, ao processo de contratação e às condições. Outro aspecto relevante é que o assessor de crédito reforça conceitos importantes acerca da relevância da diversificação das atividades praticadas, a fim de que não sejam exclusivamente agropecuárias e, portanto, mais suscetíveis às intempéries. Ainda esclarecem dúvidas acerca dos possíveis fornecedores e canais de comercialização dos produtos, além de estimularem o associativismo e a capacitação, com vistas ao fortalecimento das unidades produtivas.

Na mesma direção, Souza (2014), Dantas e Aquino (2018) asseveram que o Agroamigo tem a figura do assessor de crédito como seu diferencial. Por meio desses profissionais, o Agroamigo consegue chegar às mais distantes localidades rurais, levando orientação creditícia à população que mais precisa. Trata-se de profissionais com qualificação em gestão de negócios rurais e contam com habilidades para promover e facilitar o diálogo entre os produtores e o Banco, o que garante maior fluidez e agilidade na liberação dos recursos ofertados. O acompanhamento ao empreendimento é feito antes e após o desembolso dos recursos, assegurando-se certo padrão de desenvolvimento sustentável para as atividades financiadas.

Deve-se reconhecer que os efeitos do Agroamigo no combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida são difíceis de mensurar. Nesse prisma, a pesquisa de Duarte et al. (2017), utilizando a metodologia de dados em painel, concluiu que o Agroamigo pode influenciar na diminuição da pobreza na região Nordeste. No entanto, a relação entre o Agroamigo e a redução da pobreza apresenta-se como desafio para novas agendas de pesquisa.

Portanto, o Agroamigo tem demonstrado a sua relevância na promoção do desenvolvimento socioeconômico de áreas rurais do Nordeste, contribuindo para a ampliação da qualidade de vida de famílias que historicamente viviam em condições de pobreza.

2.2 Agenda 2030 e seus ODS: conhecendo as perspectivas no Brasil e Piauí

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio 92, adotou a Agenda 21, a primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, tendo como Declaração Final da Conferência Rio+20 o documento *O futuro que queremos*.

Em setembro de 2000, os líderes mundiais reuniram-se na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU, comprometendo-se com uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, estabelecendo oito objetivos – com um prazo para o seu alcance o ano de 2015 – que se tornaram conhecidos como ODM.

O processo de construção de uma agenda pós-2015 iniciou-se em agosto de 2014. O GTA-ODS compilou os aportes recebidos, finalizou o texto e submeteu a proposta dos 17 ODS e das 169 metas associadas à apreciação da Assembleia Geral da ONU, em 2015. Em setembro do mesmo ano, representantes dos 193 Estados-membros da ONU reuniram-se em Nova York e comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, sem deixar ninguém para trás. O desenvolvimento sustentável – impulsionado pela integração do crescimento econômico, da justiça social e da sustentabilidade ambiental – deve tornar-se o princípio orientador e procedimento operacional padrão (AGENDA 2030, 2023).

Destarte, o documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, adotado na Assembleia Geral da ONU, em 2015, é um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos anos. É, inclusive, um plano de ação para todas as pessoas e para o planeta, coletivamente criado para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030.

Os ODS conciliados fomentam ações para os seguintes objetivos: pobreza; fome; saúde; educação; equidade de gênero; água e saneamento; energia; crescimento econômico, emprego e trabalho decente; infraestruturas e inovação para industrializar; desigualdades domésticas e internacionais; cidades; padrões de produção e consumo; clima; oceanos; uso da terra e biodiversidade; paz e justiça; parcerias globais (AGENDA 2030, 2015; VEIGA, 2000).

Após oito anos (2015-2022) das metas acordadas para os 17 ODS, várias instituições nacionais e internacionais vêm acompanhando os avanços ou retrocessos nos países, especialmente após a pandemia de covid-19, que assolou o mundo em 2020. Particularizam-se os acompanhamentos no Brasil do IBGE (2016); do Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2022); o estudo de Vazquez et al. (2022); e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC – BR – Brasil), uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (2023), no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com o *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), com apoio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e financiamento do Projeto CITInova.

Tais estudos estão mostrando mais retrocessos do que avanços nos ODS e nas metas, em nível nacional. Embora seja visível também que muitas ações e estratégias que estão sendo implementadas reluzem nexos com os ODS.

No que tange ao contexto do Piauí, o Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançou o Plano Piauí 2030, no dia 13 de dezembro de 2022, que compõe o Plano Plurianual (PPA), com objetivos de ODS. A ideia é que o planejamento do orçamento siga estratégias e diretrizes que auxiliem o cumprimento dos ODS em longo prazo, de modo a elevar o desenvolvimento no Piauí (SEPLAN, 2022).

No Plano Piauí 2030 (SEPLAN, 2022), constam quatro eixos estratégicos associados aos ODS, quais sejam: i) meio ambiente e mudanças climáticas (ODS 2 – fome zero e agricultura susten-

tável, ODS 6 – água potável e saneamento, ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 – consumo e produção responsáveis, ODS 13 – ação contra a mudança global do clima, ODS 14 – vida na água e ODS 15 – vida terrestre); ii) trabalho, emprego e renda (ODS 2 – fome zero e agricultura sustentável, ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 – indústria, inovação e infraestrutura, e ODS 17 – parcerias e meios de implementação); iii) infraestrutura (ODS 6 – água potável e saneamento, ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 – indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 – redução das desigualdades, e ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis; iv) redução das desigualdades (ODS 1 – erradicar a pobreza, ODS 2 – fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 – saúde e bem-estar, ODS 4 – educação de qualidade, ODS 5 – igualdade de gênero, ODS 10 – redução das desigualdades e ODS 12 – consumo e produção responsáveis).

Adicionalmente, o plano frisa que o acesso do setor produtivo ao crédito é considerado uma das condições necessárias para a execução eficaz e efetiva em direção ao alcance do desenvolvimento sustentável do Piauí, porque seu IDH vem aumentando em menor escala de 0,484, em 2000, para 0,646, em 2010, atingindo 0,697, em 2017. Esse painel obteve o diagnóstico da diminuição da capacidade de alavancar o desenvolvimento estadual a partir de 2014, em virtude da crise econômica e política nacional, que gerou instabilidade e refletiu diretamente nas receitas do estado e na capacidade de geração de emprego e renda.

Diante desse panorama, o marco analítico desta pesquisa recorre aos ODS 1, 2, 5 e 8, relativos à pobreza, à fome, à igualdade de gênero e ao crescimento econômico e trabalho decente, realçando as metas relacionadas às microfinanças, alvo deste estudo empírico sobre os 18 anos do Agroamigo no Piauí.

É imprescindível ponderar as conceituações das categorias *pobreza*, *fome*, *equidade de gênero*, *crescimento econômico* e *trabalho decente*, em virtude do vasto debate nos distintos campos da ciência, admitindo-se que os ODS convergem para ótica do Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS), de natureza holística, abrangendo todos os aspectos da vida econômica, social e cultural.

De acordo com Ul Haq (s/d), o DHS preocupa-se tanto com a construção de capacitações humanas, por intermédio do investimento nas pessoas, quanto com a utilização plena dessas capacidades por meio do estabelecimento de um contexto que favoreça o crescimento e o emprego. Logo, o microcrédito pode ser uma ponte para a consecução disso.

O estudo articula os ODS aos conceitos dos componentes essenciais no paradigma de desenvolvimento humano: equidade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento. Sendo a equidade concebida como igualdade de oportunidades; a sustentabilidade alude ao fato de que a próxima geração merece a oportunidade de desfrutar do mesmo bem-estar de que desfrutamos agora – é a sustentabilidade das oportunidades humanas que precisa se situar no centro das nossas preocupações; a produtividade requer investimentos nas pessoas e um ambiente macroeconômico que lhes permita alcançar seu potencial máximo; já o empoderamento diz respeito às pessoas participarem e se beneficiarem do processo de desenvolvimento (UL HAQ, [s/d]).

Nessa perspectiva, analisa-se o microcrédito sob a equidade de gênero, no sentido de garantir oportunidades de acesso às mulheres. O pilar do empoderamento significa observar as mulheres como beneficiárias do Agroamigo, em cumprimento a uma pequena parcela da meta proposta nos ODS, dada a sua interconexão com o atendimento de mulheres pobres e a fuga de fome. Isso coaduna o posicionamento de Sen (2000), para quem a eliminação de fontes de privações de liberdade limita as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente. Por cúmulo, a visão do desenvolvimento centrada na liberdade é uma visão orientada para o agente, que pode moldar seu próprio destino.

A pobreza pode ser vista como privação de capacidades básicas, ao invés do critério tradicional de insuficiência de renda apoiada em uma linha de pobreza. Por sinal, Sen (2000) argumenta sobre a importância de distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade

da acepção dela como baixo nível de renda, mesmo que estejam vinculadas – uma vez que a renda é um meio de obter capacidades.

Nesse caminho, pode-se inferir que a disponibilidade de microcrédito na difusão de oportunidade econômica, com a metodologia do Agroamigo, parte do princípio da pobreza de renda e pobreza de capacidades, ensejando uma política de combate à pobreza. É uma combinação de aumento das capacidades humanas com a expansão da produtividade e do poder de auferir renda aos beneficiários do Programa.

Os problemas de fome e pobreza endêmicas que acometem a população brasileira e nordestina vem sendo retratada pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de covid-19 no Brasil, conduzido pela Rede PENSSAN (2022), em que o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas) de 2021 a 2022, com 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. A Insegurança Alimentar (IA) grave (fome), que atinge 15,5% da população brasileira, afeta uma proporção maior de famílias em todos os estados do Norte e do Nordeste, exceto Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, cujas estimativas estaduais foram inferiores à média nacional. Por sua vez, os estados do Ceará, Maranhão e Piauí possuem alta prevalência de IA grave.

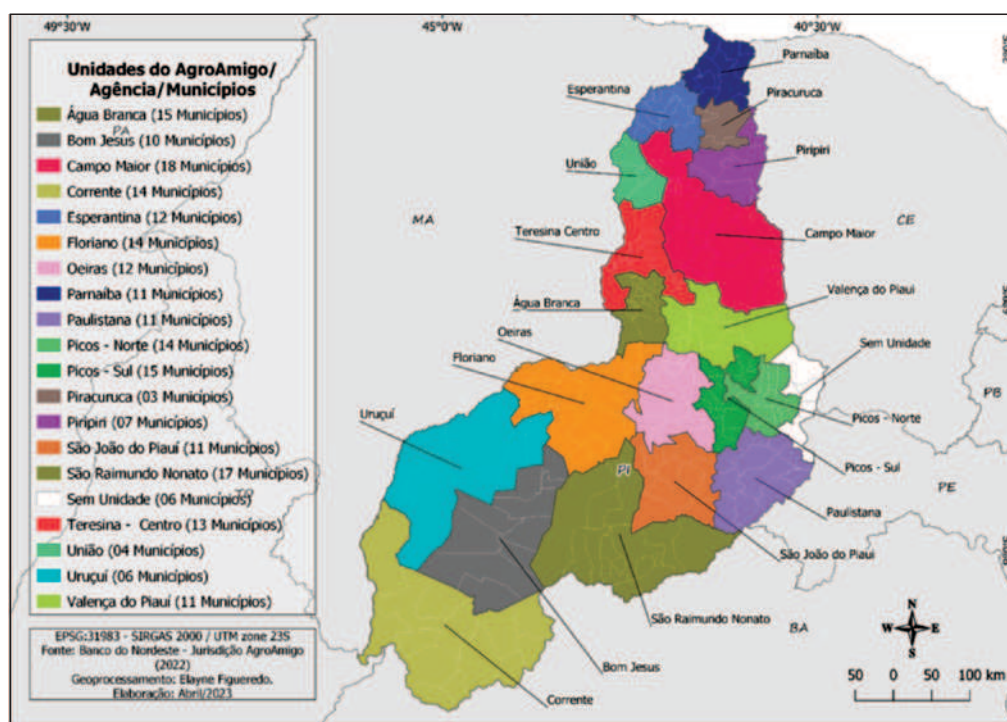
A fome no Nordeste não corresponde a um desequilíbrio mecânico entre alimentos e população, como diz Sen (2000), porquanto uma pessoa pode ser forçada a passar fome mesmo havendo abundância de alimentos ao seu redor, se ela perder seu potencial de comprar alimentos no mercado, devido à falta de renda, em consequência do desemprego ou colapso no mercado que essa pessoa produz ou vende para se sustentar.

Cumpra dizer que a região do Semiárido, em face das variações pluviométricas, pode favorecer a situação de fome. Coadunando Sen (2000), as pessoas passam fome quando não conseguem estabelecer seu intitlamento sobre uma quantidade adequada de alimentos. À vista disso, o microcrédito, como dotação de recursos que compõem a cesta de ativos que determina o intitlamento de uma família no rural nordestino e os seus elos com os ODS pobreza, fome, igualdade de gênero e crescimento econômico, torna-se o marco analítico da trajetória do Agroamigo em seus 18 anos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo sobre as relações do Agroamigo com os ODS tem como recorte geográfico a atuação do BNB no estado do Piauí, composto pelo escritório regional, em Teresina, capital do estado, perfazendo 17 agências distribuídas em 17 municípios localizados de norte a sul do Piauí. Todas as agências contam com unidades do Agroamigo conectadas a 212 municípios, conforme pode ser visualizado no Mapa 1.

Mapa 1 – Jurisdição do Agroamigo e agências no estado do Piauí, por unidades



Fonte: BNB (2023a).

O período da análise tem o espaço temporal de 2005 a 2022, que abrange os 18 anos de implantação do Agroamigo, sendo dividido em dois subperíodos: de 2005 a 2014; e de 2015 a 2022. Esse último, a partir da criação da Agenda 2030 e os 17 ODS, baseia-se na coleção de informações do Agroamigo organizada pelo BNB, em 2023, disposta em tabelas dinâmicas em Excel, referentes ao detalhamento das operações de microcrédito do programa, compartilhadas via *Google Drive*. As categorias e indicadores objeto deste estudo estão expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias analíticas indicadores selecionadas para análise – Agroamigo, Piauí (2005-2022)

Categoria	Quantidade de operações	Valor do crédito R\$
Sexo	2005-2014	2005-2014
Feminino, Masculino	2015-2022	2015-2022
Setor	2005-2014	2005-2014
Agrícola, atividades não agrícolas e Pecuária	2015-2022	2015-2022
Finalidade	2005-2014	2005-2014
Custeio e Investimento rural	2015-2022	2015-2022
Tipo de regiões	2005-2014 (série incompleta, optou-se por não utilizar)	2005-2014 (série incompleta, optou-se por não utilizar)
Semiárido e Outras regiões	2015-2022	2015-2022
Atividades	2005-2014	2005-2014
Apicultura, Avicultura, Bovinocultura, Caprinocultura, Ovinocultura, Suinocultura, Outras.	2015-2022	2015-2022

Fonte: BNB (2023a).

Os ODS foram selecionados pelo critério dos objetivos que estabeleceram meta explícita relativa a microfinanças ou serviços financeiros:

- Objetivo 1.** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, que possui a meta 1.4, de até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, **tenham direitos iguais aos recursos econômicos**, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade,

herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e **serviços financeiros, incluindo microfinanças**.

2. **Objetivo 2.** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, em que cita a meta 2.3, de até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, **serviços financeiros**, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.
3. **Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, tendo em vista a meta 5.a, de empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, **serviços financeiros**, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
4. **Objetivo 8.** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, considerando a meta 8.3, de promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o **crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros**; e a meta 8.10, de **fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos** (AGENDA 2030, 2015).

Os dados foram tabulados em tabelas e gráficos para empreender a fase analítica, visando a estabelecer relações com os ODS. Cabe informar que todos os valores das operações de crédito apresentados nas tabelas foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado, tendo como base os preços de dezembro de 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: FOME, POBREZA, EQUIDADE DE GÊNERO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO RADAR DO AGROAMIGO

Os objetivos e a metodologia do Agroamigo ensejam articulações com os temas da pobreza, fome, equidade de gênero, crescimento e emprego – quatro dos 17 ODS que são objeto de análise – com as categorias de sexo, setor, finalidade, atividades e regiões, tendo como indicadores a quantidade de operações de créditos concedidos e os valores contratados no período de 2005 a 2022, sendo 2015, ano da Agenda 2030, a referência temporal para organizar os dois subperíodos de tabulação dos dados.

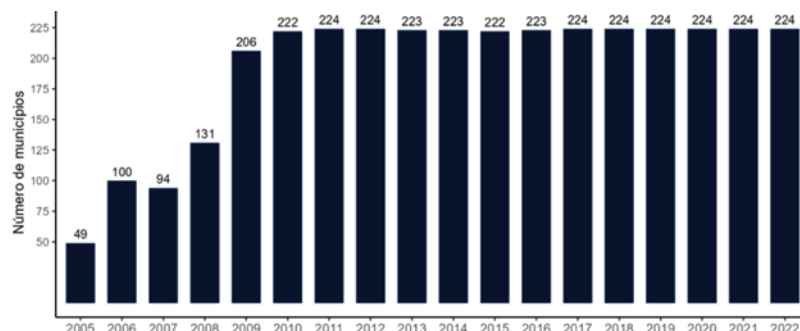
Dessa forma, os quatro ODS, em apreço, tentam preservar as interconexões e a natureza integrada dos ODS, mencionando que as pessoas devem realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade em um ambiente saudável; proteger o planeta, livrando-o da degradação; a prosperidade é assegurada aos seres humanos juntamente com o progresso econômico, social e tecnológico, em harmonia com a natureza; a promoção da paz, com as sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência; e parceria para a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda.

4.1 Pobreza, fome e equidade de gênero

O Agroamigo completa 18 anos concedendo microcrédito em 224 municípios do Piauí, cuja cobertura municipal começou com apenas 49 municípios, em 2005, mantendo o plano de ampliação

a cada ano até atingir a cobertura total dos municípios piauienses. Isso denota uma tentativa de universalizar o acesso ao microcrédito, como ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de municípios beneficiados pelo Agroamigo no Piauí (2005-2022)

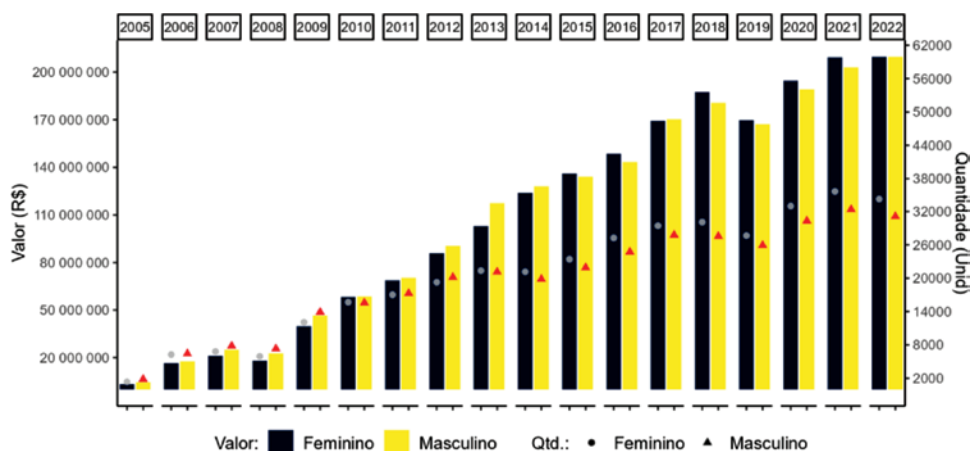


Fonte: base de dados do BNB (2023a). Elaboração dos autores.

O Agroamigo funciona como um considerável mecanismo de inclusão financeira de pessoas pobres no meio rural. Nesse ensejo, cumpre a importante missão de democratizar o acesso ao crédito, contribuindo para a redução da pobreza e da fome, além do empoderamento feminino na área de atuação do BNB.

O Gráfico 2 demonstra a evolução do número de operações e dos valores, por gênero, denotando uma perspectiva de equidade na distribuição entre pessoas de sexo feminino e masculino. Basicamente, pode-se verificar que a linha evolutiva é bastante próxima entre as duas categorias.

Gráfico 2 – Evolução do Agroamigo no Piauí, por gênero, segundo a quantidade e o valor (2005-2022)



Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Almejando descrever com pormenores as contratações do Agroamigo segundo o gênero, a Tabela 1 mostra que o número de operações de microcrédito para mulheres, no período de 2005 a 2014, foi menor em relação aos homens, em 4.294 contratos. Não obstante, passa a ter maioria de 19.059 contratos no período de 2015 a 2022, como política preferencial em sintonia com os ODS para pobreza, gênero e fome.

Deveras, estudos sobre pobreza já identificaram as mulheres no meio rural como foco de pobreza no Nordeste, e que o acesso ao microcrédito é instrumento para equacionar a falta de renda e a fome, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero (NERI, 2008; OLIVEIRA, 2018; BATISTA; COSTA, 2020).

Tabela 1 – Agroamigo no Piauí, por gênero, segundo a quantidade e o valor (2005-2014 e 2015-2022)

Período / Sexo	Quantidade	Valores ajustados
2005 a 2014	258.625	1.119.990.883
Feminino	127.142	538.753.248
Masculino	131.436	581.122.003
Não especificado	47	115.632
2015 a 2022	462.991	2.822.274.366
Feminino	241.025	1.424.941.323
Masculino	221.966	1.397.333.044
Total	721.616	3.942.265.249

Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Embora não existam evidências concretas relacionadas ao seu efeito direto no empoderamento das mulheres, o microcrédito potencializa a igualdade de oportunidades no acesso a ativos produtivos, contribuindo para que a vida seja mais igual entre homens e mulheres, além de ativar a sua condição de agente, como apregoado por Sen (2000). Nesse sentido, o salto percentual de 49,17%, no interstício de 2005 a 2014, para 52,06%, de 2015 a 2022, indica coerência da política do Agroamigo com os ODS em análise.

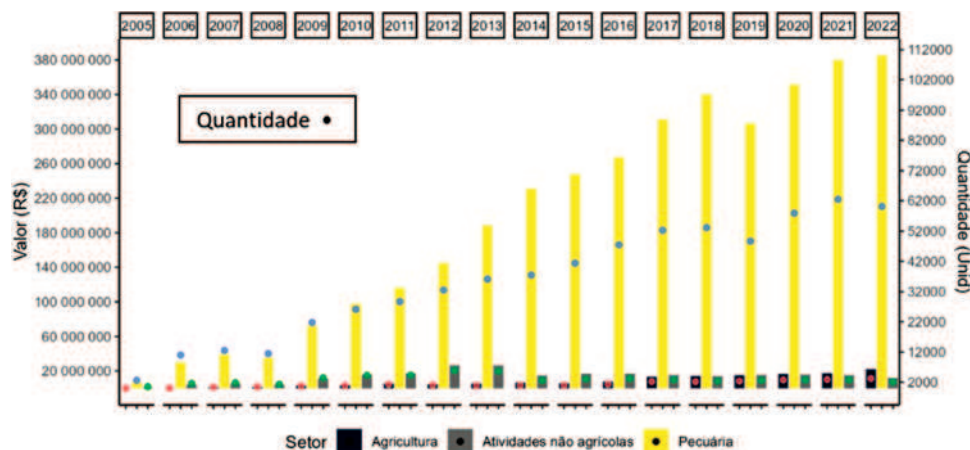
4.2 Crescimento econômico e trabalho decente

O ODS 5 é um valioso aliado ao crescimento econômico para o Brasil e Nordeste, com o intuito de reduzir ou eliminar a pobreza. Por essa razão, crescer sem trazer efeitos perversos na distribuição de renda, agravando as desigualdades, requer políticas públicas conscientes, capazes de levar esse crescimento para vida das pessoas.

O programa Agroamigo é respeitado por sua metodologia coadunar os princípios dos ODS 1, 2 e 5. Assim, permitir a entrada de pessoas nas esferas econômica e da microfinanças garante igual acesso de oportunidades, porque o crescimento precisa ser avaliado em termos de benefícios que trazem aos participantes da política creditícia.

A aplicação por setor do Agroamigo (Gráfico 3) assinala que as atividades não agrícolas e pecuárias receberam as maiores somas no tocante às quantidades operacionalizadas em todo o período analisado. Cabe observar a duplicação nos dois interstícios do número de operações de microcrédito e de valores com cifras de quase 4 bilhões de reais, manifestando clara relação com o crescimento do PIB municipal, como relatado por Alves et al. (2022).

Gráfico 3 – Operações do Agroamigo no Piauí por setor, (2005-2022)



Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Como se depreende na Tabela 2, a pecuária aumentou em 208.181 a quantidade de contratos operacionalizados, correspondendo a uma taxa de crescimento de 91,4% entre os períodos estudados, reafirmando as ações creditícias direcionadas ao público-alvo do Pronaf pelo Agroamigo, para cumprir seu objetivo de atender os agricultores e agricultoras familiares, melhorando o perfil social e econômico das famílias do campo.

Tabela 2 – Agroamigo no Piauí, por setor, segundo a quantidade e o valor (2005-2014 e 2015-2022)

Período / Setor	Quantidade	Valores ajustados
2005 a 2014	258.625	1.119.990.883
Agricultura	28.704	120.721.881
Não agrícolas	2.130	5.453.467
Pecuária	227.791	993.815.535
2015 a 2022	462.991	2.822.274.366
Agricultura	27.019	155.305.825
Não agrícolas	-	-
Pecuária	435.972	2.666.968.541
Total	721.616	3.942.265.249

Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Por outro ângulo, Moraes, Sousa e Araújo (2020) salientaram que apesar do Pronaf configurar-se como o principal programa de crédito acessado pelos(as) agricultores(as) no Piauí, ainda apresenta limites, porque quase a totalidade dos recursos contratados foram em bancos públicos, especialmente no Banco do Nordeste, e oriundos do microcrédito, apontando a grande dependência desse agente financeiro.

As atividades contempladas pelo Agroamigo são discriminadas na Tabela 3, reforçando o crédito destinado para a pecuária, como revelado na Tabela 2. No período de 2005 a 2014, a pecuária foi predominante, especialmente por meio das atividades de ovinocultura, caprinocultura, suinocultura e bovinocultura. De 2015 a 2022, as atividades ligadas à pecuária permaneceram na liderança, destacando-se a ovinocultura, com 135.933 operações.

Tabela 3 – Operações do Agroamigo no Piauí, por atividade, segundo a quantidade e o valor (2005-2022)

Período / Atividade	Quantidade	Valores ajustados
2005 a 2014	258.625	1.119.990.883
Agricultura	28.704	120.721.881
Apicultura	3.546	15.344.403
Avicultura	28.055	114.276.439
Bovinocultura	39.416	188.880.531
Ovinocultura	49.671	228.814.625
Suinocultura	40.447	174.209.229
Outras	68.786	277.743.775
2015 a 2022	462.991	2.822.274.366
Agricultura	27.019	155.305.825
Apicultura	7.119	44.146.703
Avicultura	33.179	184.962.141
Bovinocultura	62.123	400.945.812
Ovinocultura	135.933	835.313.332
Suinocultura	59.485	336.532.087
Outras	138.132	865.068.466
Total	721.616	3.942.265.249

Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Outro aspecto focado é a finalidade do microcrédito. O crédito cujo propósito é o investimento rural se destina à implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Já em custeio, os recursos são destinados a cobrir despesas normais dos ciclos da produção.

Tabela 4 – Operações do Agroamigo no Piauí, por finalidade, segundo a quantidade e o valor (2005-2014 e 2015-2022)

Período / Finalidade	Quantidade	Valores ajustados
2005 a 2014	258.625	1.119.990.883
Custeio	361	2.500.866
Investimento rural	258.264	1.117.490.017
2015 a 2022	462.991	2.822.274.366
Custeio	24.828	171.826.429
Investimento não rural	6	150.158
Investimento rural	438.157	2.650.297.779
Total	721.616	3.942.265.249

Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Os dados deslindam o investimento rural como a prioridade das quantidades e dos valores contratados nas operações de microcrédito nos períodos estudados, movimentando 96,51% do montante aplicado. Entretanto, o custeio saltou de 361 contratos no período 2005-2014 para 24.828 contratos entre 2015-2022. Esses resultados evidenciam os vínculos com o ODS 8 e as metas 8.3 e 8.10 na promoção do crescimento econômico sustentado por intermédio do acesso à política de crédito orientada e adaptada às especificidades da área rural, apoiando as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, incentivando a formalização e o crescimento das microempresas.

Essas são características do Agroamigo em sua concepção metodológica, que envolve a atuação de um assessor de crédito que presta atendimento nas próprias comunidades rurais, permitindo maior proximidade com os clientes, orientação, acompanhamento e acesso qualificado, ágil e simplificado ao crédito, garantindo, com isso, a expansão do atendimento aos agricultores, pecuaristas e empreendedores não agrícolas.

Os dados apresentados por BNB (2022) comprovam o fortalecimento do BNB na capacidade de expandir o acesso aos serviços bancários e financeiros de modo seguro para todos, na perspectiva de cada vez mais aperfeiçoar a gestão estratégica e de risco, fortalecer a governança corporativa e avançar nas premissas de responsabilidade social e ambiental. Em 2021, a participação do BNB no mercado de microcrédito produtivo orientado foi de expressivos 74%, considerando o saldo da carteira de crédito com recursos direcionados – pessoas físicas: microcrédito destinado a microempreendedores.

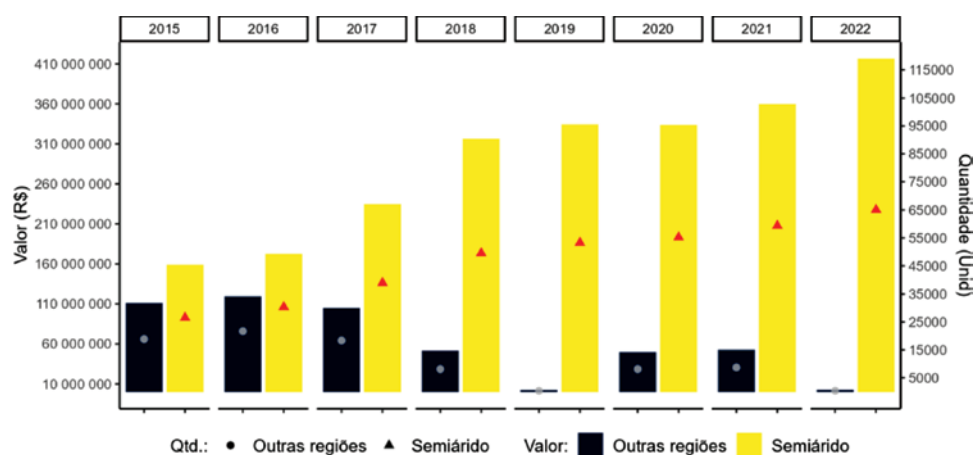
Outras informações meritórias constam no Caderno Gerencial do Agroamigo, de dezembro de 2022, em que 11 estados foram atendidos, sendo 9 do Nordeste e mais os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, abrangendo 2.074 municípios, contando com 1.040 agentes de microcrédito. Vislumbra-se o percentual de 93,76% de adimplência, considerando 588.746 clientes atendidos no ano e 1.410.064 clientes ativos. Os indicadores para o Piauí são de 164.380 clientes ativos e 65.017 operações, sendo superado apenas pelos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.

Os ODS selecionados são concatenados na atuação do Agroamigo no semiárido nordestino, onde o Piauí abarca 215 municípios. Os critérios para delimitação do Semiárido foram aprovados pela Resolução do Conselho Deliberativo da Sudene nº 150, de 13 de dezembro de 2021.

Segundo ASA Brasil (2023), o semiárido é repleto de contradições e injustiças sociais que podem ser percebidas no acesso à renda, refletindo também em uma forte desigualdade de gênero, concentração de terra e extrema pobreza. Em relação à população do semiárido, é onde se encontram cerca de 81% das comunidades quilombolas de todo o Brasil.

Esses argumentos reforçam a relevância do acesso ao microcrédito para os microempreendimentos da região, como exhibe o Gráfico 4, com a crescente quantidade de operações e valores no acesso ao programa Agroamigo de 2015 a 2022, criando condições para equacionar a pobreza, a fome, a desigualdade de gênero e o crescimento econômico com trabalho decente.

Gráfico 4 – Operações do Agroamigo no Piauí, por região, segundo a quantidade e o valor (2015-2022)



Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

Complementando a análise, verifica-se a participação da região semiárida no Agroamigo, como demonstra a Tabela 5, absorvendo 81,69% das operações e 82,46% dos valores, sinalizando congruência com as metas dos ODS em discussão, alinhando-se ao Plano Piauí 2030 (Seplan/Piauí) na proposição de ampliação de crédito voltado para a inclusão produtiva.

Tabela 5 – Operações do Agroamigo no Piauí, por região, segundo a quantidade e o valor (2015-2022)

Região	Quantidade	%	Valores ajustados	%
Outras regiões	84.777	18,31	494.922.025	17,54
Semiárido	378.214	81,69	2.327.352.341	82,46
Total	462.991	100,00	2.822.274.366	100,00

Nota: valores ajustados pelo IPCA (12/2022).

Fonte: base de dados do BNB (2023a).

O conjunto de informações analisadas sobre o Agroamigo amparam a ocorrência de associações com os ODS voltados para acabar com a pobreza e a fome, alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres, promovendo crescimento econômico e trabalho decente, mesmo levando em conta as críticas sobre a Agenda 2030 e seus ODS, como proferidas por Veiga (2015), no sentido de que falta um alvo abrangente para dar unidade e consistência ao conjunto dos ODS, dado o elevado número de especificações em alíneas erroneamente tomadas como metas.

Mesmo assim, o autor supracitado admite que as formulações da Agenda 2030 devem ser acatadas como o avanço cognitivo mais importante desde a aprovação do relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, e ressalta os progressos dos ODS 2015-2030 em comparação às limitações dos ODM 2000-2015.

Sob a inspiração de Yunus (2010), o acesso ao microcrédito propiciado pelo Agroamigo é uma chance de libertar as capacidades dos pobres de empreender, fugir da fome, das mulheres ganharem igualdade e construir uma economia em prol da sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos resultados de acompanhamento dos ODS no Brasil e no Piauí contarem com prospecção um tanto pessimista no atingimento das metas pactuadas, concebeu-se que o programa de microfinanças rural Agroamigo vem caminhando lado a lado com os ODS 1, 2, 5 e 8, apresentando vinculações com as metas de ampliação do acesso ao crédito, cooperando com os objetivos globais de acabar com a pobreza e a fome, alcançar igualdade de gênero, empoderar mulheres e promover crescimento econômico e trabalho decente para todos.

Os indicadores de operações de crédito e valor por sexo, setor, finalidade e região, ao longo de 18 anos, especialmente a partir da Agenda 2030, denotaram clara aderência de um banco de desenvolvimento como o BNB, em seu programa de microcrédito Agroamigo, aos ODS, ao canalizar recursos aos segmentos mais vulneráveis do Piauí/Nordeste.

Ratifica-se que estudos pormenorizados e ouvindo os beneficiários, por meio de pesquisa de campo, são importantes para avaliar a ruptura da tradição de baixa rentabilidade e alta inadimplência, com abordagem de subsídio que sempre dominou os empréstimos para os mais empobrecidos no Nordeste do Brasil.

Nesse sentido, uma reflexão pertinente é sobre até que ponto o Agroamigo tem estimulado a geração de renda e melhorado o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários nos estabelecimentos rurais ou em áreas comunitárias próximas no estado do Piauí.

Portanto, cabe trazer à baila estudos acerca da repercussão do microcrédito no PIB municipal, nas condições de vida dos beneficiários na região semiárida, especialmente das mulheres, e fazer uma análise por territórios de planejamento do Piauí, entre outros temas nesse vasto campo das microfinanças para concretizar as premissas de um desenvolvimento inclusivo, produtivo e com respeito aos limites da natureza.

AGRADECIMENTOS

Ao economista Alexandre Barros; à Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Márcia Gabrielli Sousa Campêlo; e ao Prof. Dr. Francisco Prancacio Araújo Carvalho, pela colaboração na organização e no tratamento do banco de dados do BNB.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do programa**. 2. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: BNB, 2013. v. 1. Disponível em: <https://app.bnb.gov.br/documents/165130/0/Livro+de+5+anos+do+Agroamigo/c09ebd96-e810-08af-09c4-40ff73da6a71>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- AGENDA 2030. **Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio)**. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>; <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- ALVES, M. O. O Agroamigo e o público potencial do Pronaf B: uma análise do alcance a partir do cadastro socioeconômico. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 161-176, jul., 2015. Suplemento especial.
- ALVES, M. O. et al. Agroamigo Crescer: expansão do crédito e impactos macroeconômicos nos municípios. **Artigos ETENE**, ano 3, n. 7, set. 2022. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1404/1/2022_AET_7.pdf. Acesso em: 1 abr. 2023.
- ASA - ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. ASA Brasil. **É no Semiárido que a vida pulsa! Por um Semiárido rico em vida**. 2023. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/semiarido>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 139-160, jul. 2015. Suplemento especial.
- BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. Domicílios chefiados por mulheres e pobreza no Brasil: uma análise de 2011 a 2015. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/36446>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): relatório de resultados e impactos, exercício 2021**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/fne-relatorio2021.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- _____. **Operações de crédito do Agroamigo por município: Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023a. Documento elaborado em planilha Excel.
- _____. **CADERNO Gerencial Agroamigo. Relatório gerencial fechamento**. BNB, dez. 2022.
- _____. **Relatório de sustentabilidade 2021**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/sustentabilidade/relatorios>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- _____. **Relatório 2020: programa de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- _____. **Relatório 2021: programa de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados>. Acesso em: 4 abr. 2023.

_____. **Sobre o Agroamigo**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>. 2023b. Acesso em: 2 abr. 2023.

CUNHA JÚNIOR, J. M. et al. Impactos do programa Agroamigo no desenvolvimento econômico municipal. **Artigos ETENE**, ano 3, n. 2, jun. 2022. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1335/3/2022_AET_2.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

DANTAS, G. W.; AQUINO, J. R. Microcrédito rural e agricultura familiar no Nordeste: uma análise do programa Agroamigo no Vale do Açu-RN. **GEOTemas**, v. 08, n. 03, p. 80-99, out./dez. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331946932_Microcredito_rural_e_agricultura_familiar_no_Nordeste_uma_analise_do_Programa_AGROAMIGO_no_Vale_do_Acu-RN. Acesso em: 2 abr. 2023.

DUARTE, S. P. da S.; COSTA, E. M.; ARAUJO, J. A. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste brasileiro: uma avaliação a partir do programa Agroamigo. **Revista Espacios**, v. 38, n. 8, p. 6, fev. 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n08/a17v38n08p06.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GCAP - GRUPO CONSULTIVO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES. **Os princípios chave das microfinanças**. 2004. Disponível em: <https://www.cgap.org/sites/default/files/CGAP-Consensus-Guidelines-Key-Principles-of-Microfinance-Jan-2004-Portuguese.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

GOMES, J. M. A.; CARVALHO, J. N. F. de; COSTA, V. L. dos S. Faces do Agroamigo no estado do Piauí: dez anos de dinâmica econômica e social. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 73-87, jul., 2015. Suplemento especial.

GRUPO de trabalho da sociedade civil para a Agenda 2030. **VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de desenvolvimento Sustentável Brasil. 2022**. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023.

HAQ, M. U. **O paradigma do desenvolvimento humano**. Introdução ao Desenvolvimento Humano: conceitos básicos e mensuração. PUC Minas Virtual, [s/d].

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 28 mar. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>. Acesso em: 3 de abr. 2023.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC – BR)**. 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MORAIS, M. D. C. de; SOUSA, A. M. B. de; ARAÚJO, C. F. S. de. Agricultura familiar no Piauí: uma leitura do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 71-91, agosto, 2020. Suplemento especial.

NERI, M. C. **Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grammen Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

OLIVEIRA, J. da C. T.; ALMEIDA, A. T. C. de.; TAQUES, F. H. Concentração e aderência dos recursos da carteira de financiamento do Agroamigo: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 21-37, jul., 2015. Suplemento especial.

OLIVEIRA, N. S. M. N. **Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional**. 2018. 184 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Plano Piauí 2030**. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/202304/SEP05_0f98dc4525.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. de. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, N. A. de. Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil. *In*: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (org). **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014, p. 409-423.

REDE PENSSAN. **Encuesta Nacional sobre Inseguridad Alimentaria en el Contexto de la Pandemia de la Covid-19**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_LO1_Inseguridad_Alimentaria_y_Covid-19_en_Brasil.pdf. Acesso em: 1 maio 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAZQUEZ, K. C. et al. Cinco missões para o desenvolvimento transformador do Brasil: metodologia e resultados do estudo-base do plano ABDE 2030 de desenvolvimento sustentável. **Revista Tempo do mundo – RTM**, n. 29, p. 207-270, ago. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11618/11/Tempo_Mundo_n29_Artigo_7_cinco_missoes.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

VEIGA, J. E. da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VITAL, T.; MELO, A. O Agroamigo em Pernambuco: alguns resultados. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 123-138, jul., 2015.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2010.